

O MÉTODO DO GOLPE

DILMA ROUSSEFF FALA SOBRE A COMPRA DE VOTOS PRÓ-IMPEACHMENT, DE EDUARDO CUNHA, "GRANDE OPERADOR DA CORRUPÇÃO", E DE SEU FUTURO POLÍTICO

α SERGIO LIRIO

O tempo tem sido o senhor da razão, ao menos no caso da ex-presidenta Dilma Rousseff. Bastaram um ano e cinco meses, não mais, para ficarem claros os arranjos e as negociações que alicerçaram um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade. A mais recente e incontestável prova da trama para unir a oposição partidária, Michel Temer, o PMDB e o mercado, urdida sob o aplauso de uma parcela da sociedade e a apatia de outra, foi fornecida pelo doleiro Lúcio Funaro. Ao Ministério Público, Funaro, responsável pela lavagem de dinheiro do esquema peemedebista, contou ter repassado 1 milhão de reais ao deputado Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, para a compra de votos no Congresso a favor do *impeachment*. Na quinta-feira 19, dia da entrevista de Dilma a *CartaCapital*, Cunha, condenado a 15 anos de prisão, completava um ano atrás das grades. “É mesmo?”, reagiu a ex-presidenta à informação. “Sempre achei que ele deveria ter sido preso antes.” Ela afirma esperar que o STF, diante das revelações do doleiro,

suspenda o *impeachment*. “Como qualquer cidadão, desejo justiça.”

CartaCapital: Como a senhora recebeu a declaração do doleiro Lúcio Funaro de que houve compra de votos a favor do *impeachment*?

Dilma Rousseff: Não me surpreende. E está claro que não foi só este milhão citado pelo doleiro. O Cunha pavimentou sua ascensão ao comando da Câmara com métodos corruptos semelhantes. Isso lhe garantiu o controle de uma parte substancial do Congresso. O próprio Cunha se vangloriava de ter a sua bancada de 140 a 160 deputados. Todo mundo sabia. Da mesma maneira ele financiou sua eleição à presidência da Câmara. A mídia tem escondido sistematicamente esses fatos. De qualquer forma, o relato do doleiro coloca outra questão na mesa.

CC: Qual?

DR: Esse método de cooptação explica a contumaz impunidade do presidente ilegítimo Michel Temer. Quem garante essa impunidade? Os 140, 160 deputados do Cunha formam o cerne da base de apoio do Palácio do Planalto. É um método lamentável que ganhou essa proporção com o ex-presidente da Câmara, grande operador da corrupção.

CC: Diante das afirmações de Funaro, a senhora se sente reabilitada à frente das acusações de inabilidade para lidar com o Congresso? Seria possível negociar com um Parlamento corrompido?

DR: A partir do fim do governo do presidente Lula e durante o meu primeiro mandato, o Brasil perdeu o centro democrático, formado a partir da Constituição de 1988. O PMDB, de uma forma ou de outra, manteve a coesão desse centro ao longo do tempo. Bastante fisiológico, é fato, mas impossível de ser classificado como totalmente corrupto. Tampouco ultraconservador, contrário aos avanços civilizatórios. Com a ascensão do Cunha, houve uma mudança na hegemonia do PMDB. O Temer foi beneficiado pelos métodos do Cunha. E não só ele, mas todo o grupo que orbita atualmente no Palácio do Planalto. Viceja um outro tipo de política, se assim podemos chamar o fenômeno. Esse grupo, composto pelo Cunha e por aqueles que estão no poder, tramou um assalto ao Estado. Não há na nossa história nenhum outro momento tão abertamente venal. A compra e a venda de votos, de posições, tornam-se sistemáticas e o intuito é impedir que as leis sejam operadas. Surgem os “jabutis” nas Medidas Provisórias e



Projetos de Lei, enxertos para atender a interesses particulares. Havia a ambição de controle do aparelho do Estado. Eles não ousaram tanto antes do meu governo.

CC: Depois de todas as revelações, a senhora acha possível que alguém ainda acredite na legitimidade do processo de *impeachment*?

DR: Depois de o PT ganhar quatro eleições consecutivas, as forças derrotadas decidiram suspender a democracia. Não havia outra maneira de implantar o projeto neoliberal em curso neste momento. O objetivo do *impeachment* era reenquadrar o Brasil econômica, social e geopoliticamente. Vamos acabar com essa brincadeira de o País desejar um desenvolvimento soberano e inclusivo. Não falo só da Petrobras e da Eletrobras. Incluo as empresas de engenharia destruídas pela Lava Jato. E do uso do orçamento e das leis para adotar políticas inclusivas, não para proteger o trabalho escravo ou permitir a exploração de terras indígenas. Era impossível aplicar esse programa por meio de eleições. Para aprovar o teto de gastos, a reforma trabalhista, era preciso interromper o processo democrático. O que sustenta o governo é o mercado. Se as reformas defendidas por ele forem feitas, não importa se quem está lá é corrupto ou não.

CC: Seus advogados fizeram um novo pedido de anulação do *impeachment* com base na delação do Funaro. O que a senhora espera sinceramente desse processo?

DR: Espero que anulem o meu impedimento (*risos*)...

CC: Mas a senhora vê alguma disposição do Supremo?

DR: Não me cabe avaliar a vontade do Supremo. Como qualquer cidadão ou cidadã, desejo justiça. Se não há justiça para alguém eleito com 54 milhões de votos, o que os demais brasileiros podem esperar? O que acontece? Só lhes resta a injustiça? Não é possível.

CC: O que achou da decisão do STF de remeter ao Senado o destino do senador Aécio Neves, em contradição com determinações anteriores da Corte?



**"TRAMARAM UM
AÇALTO AO ESTADO.
É O MOMENTO MAIS
VENAL DA NOSSA
HISTÓRIA"**

DR: Geralmente, evito observações a respeito das decisões do Supremo. Mas, neste caso, chama atenção a diferença de tratamento em relação a casos anteriores. É grave, preocupante. E não foi só o STF. O Senado também, né? Com o Delcídio do Amaral, os senadores, por unanimidade, cassaram o mandato. Fica escancarada a seletividade. Todos não são iguais perante a lei? Ou deveriam ser?

CC: A senhora acredita em eleições gerais em 2018?

DR: Acredito piamente (*risos*)... Não acreditar é entregar o jogo antes da hora. Agora, você sabe, o golpe não é um ato. Ele não se encerrou no *impeachment*. É um processo. Outubro de 2018 é decisivo. Podemos ter um segundo momento do golpe.

CC: Como seria?

DR: Não ter eleições ou tentar criar casuísmos. De que tipo? Tirar o Lula do páreo. O "lawfare" contra o presidente é evidente, sistemático. Usa-se a Justiça

para aniquilar o inimigo, destruí-lo como cidadão. E, no caso do Lula, não está em jogo sua condenação, mas sua aniquilação. O engraçado é que não tem funcionado. O maior efeito do *impeachment* não foi a destruição do Lula ou do PT.

CC: E qual foi?

DR: A destruição do PSDB e do centro e a ascensão da extrema-direita. O PT, indicam as pesquisas, ainda mostra força entre os eleitores, assim como o Lula, cujas intenções de voto continuam a crescer, enquanto cai sua rejeição.

CC: Como explicar a apatia atual? Por que não se consegue mobilizar como se mobilizou contra a senhora?

DR: Quem se mobilizou contra mim foi uma parcela importante da elite, com muito poder de organização, apoiada pela mídia. É o contrário deste momento. Quem tem mais a perder tem menos espaço de participação, capacidade de se organizar e voz. Não tem o dinheiro farto para se organizar como tiveram os movimentos que se opunham ao meu governo. Tanto em 2013 quanto 2015 e 2016.

CC: A senhora vê uma relação entre os protestos de 2013 e os atos pró-*impeachment*?

DR: Os protestos de 2013 foram uma espécie de ensaio.

DR: Mas o movimento de 2013 não começou dessa forma...

DR: Não começou, mas foi transformado. Não tenho uma explicação para 2013. E não só eu. De qualquer forma, a mídia neste momento, me parece, perdeu a força de mobilizar.

CC: A senhora pensa em se candidatar a algum cargo em 2018?

DR: Só vou pensar nesse assunto quando raiar 2018.

CC: Hoje, por coincidência, completa-se um ano da prisão do Eduardo Cunha...

DR: ... É mesmo? Eu sempre achei que ele deveria ser preso antes do processo de *impeachment*. Não é uma questão pessoal. Ele representa um segmento que precisa ser erradicado da vida brasileira, mas infelizmente está no poder. •

